

**UCAM – UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES
MARIA DO SOCORRO PEREIRA DE OLIVEIRA**

**ATUAÇÃO DO SETOR PÚBLICO NO ESPAÇO URBANO EM PROTEÇÃO AO
MEIO AMBIENTE EQUILIBRADO**

BRASÍLIA - DF

2014

UCAM – UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES
MARIA DO SOCORRO PEREIRA DE OLIVEIRA

**ATUAÇÃO DO SETOR PÚBLICO NO ESPAÇO URBANO EM PROTEÇÃO AO
MEIO AMBIENTE EQUILIBRADO**

Artigo Científico Apresentado à
Universidade Candido Mendes - UCAM,
como requisito parcial para a obtenção do
título de Especialista em **Direito
Ambiental de Pós-Graduação**).

BRASÍLIA - DF
2014

ATUAÇÃO DO SETOR PÚBLICO NO ESPAÇO URBANO EM PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE EQUILIBRADO

Maria do Socorro Pereira de Oliveira¹

RESUMO

O presente estudo analisa o meio ambiente sob a ótica do binômio ambiente urbano equilibrado em face do crescimento acelerado das cidades e a importância da atuação do setor público no alcance desse objetivo. O meio ambiente ecologicamente equilibrado é atualmente objeto de preocupação e de estudo em todo o planeta e o poder público é peça fundamental para o alcance desse objetivo e também do equilíbrio entre o desenvolvimento social e a preservação da qualidade de vida. O principal objetivo deste artigo é fazer uma pesquisa bibliográfica, sobre o papel das cidades e do poder público mediante os desafios de manter o meio ambiente saudável permitindo uma sadia qualidade de vida.

Palavras-chave: Meio Ambiente Urbano - Poder Público - Qualidade de Vida.

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo principal fazer uma pesquisa a respeito do papel do setor público, qual sua atuação diante das questões ambientais, tendo em vista a velocidade em que as cidades crescem e impactam os recursos naturais e o meio ambiente circunvizinho. Neste contexto, faz-se os seguintes questionamentos:

- As cidades com o crescimento acelerado cumprem sua função ambiental?
- O poder público atinge os objetivos esperados pela sociedade na proteção ao meio ambiente?

¹ Graduada em Tecnologia em Gestão Ambiental pelo Instituto Científico de Ensino Superior e Pesquisa - UNICESP, atualmente com a denominação de Faculdades PROMOVE, em Brasília-DF. Fui servidora da Justiça Federal de Goiânia, no período de 1998 a 2000, ano em que foi transferida para o Superior Tribunal de Justiça – STJ. Paralelamente ao trabalho no Tribunal desenvolve atividades de artesanato com materiais reciclados e ministrando oficinas na área.

A atual realidade ambiental, no Brasil e no mundo, reafirma a necessidade de se criar alternativas eficientes de proteção ao meio ambiente e soluções que primem pela preservação dos recursos naturais de maneira conjunta, sociedade e setor público.

A perda de biodiversidade originada pelo uso descontrolado dos recursos provoca prejuízos de forma irreversível fazendo com que a interação, onde todos estão interligados de acordo com suas necessidades e contribuições, existente entre homem e natureza se quebre, desencadeando uma alteração na paisagem natural comprometendo toda cadeia de recursos.

Desenvolvimento

Atualmente os meios de comunicação veiculam com frequência, notícias de degradação ao meio ambiente, regularmente são publicados em jornais, revistas ou por meio televisivo que terrenos, outrora rurais, são transformados em condomínios; rios recebem resíduos sem tratamento causando poluição de suas águas, desastres ecológicos a níveis preocupantes acontecem a cada segundo, isso tudo diante de uma sociedade que, em tese, diz ter internalizado o conceito de que o meio ambiente é fundamental importância para o bem estar social. Nesse sentido, Rocha (1999, p. 18), afirma que “o Direito Ambiental, como microsistema jurídico, tem por objetivo imediato a proteção e defesa do meio ambiente, nele incluído o ambiente urbano”. Mas o que se percebe é que o discurso ecológico é ainda muito subjetivo basicamente temático. As ações estão aquém do desejável, as pessoas ainda jogam lixo pela janela do carro, o papel de bala no chão, mesmo em locais onde existe a disposição de lixeiras em locais próximos, a ideologia de ser ambientalmente correto está destinada a poucos, o EU indivíduo, não assumiu efetivamente sua parcela de responsabilidade. Em uma visão mais otimista, Bliacheris destaca que:

A preocupação com o meio ambiente é uma das características mais evidentes da sociedade globalizada desse início de século, acossada por uma crise ecológica sem precedentes e marcada pelos eventos climáticos extremos e pelas consequências da escassez de recursos naturais. (BLIACHERIS, 2012, p.45).

O grande ponto de partida da questão ambiental foi a Conferência de Estocolmo, ECO-72 - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e

Desenvolvimento realizada em 1972, na Suécia, primeira conferência global com a finalidade de encontrar soluções para os problemas ambientais existentes e conscientizar a sociedade da importância do meio ambiente saudável. Os abusos excessivos sofridos em todos os anos de uso indiscriminado e a pouca importância recebida do poder público fez com que o meio ambiente viesse gradualmente deixando de ser natural e essa desnaturalização foi refletida diretamente na qualidade de vida.

Conforme Marques (2010, p.29) “o meio ambiente ecologicamente equilibrado propicia saúde e sadia qualidade de vida e, em última análise, a própria vida. Trata-se então, de um suporte que sustenta a vida”. Com um mesmo pensamento mais crítico a respeito do comportamento humano em relação ao tratamento que se dá ao meio ambiente, Rocha defende que:

Por consequência, necessária a consciência dos cidadãos de que pequenos atos, como atirar lixo pela janela do veículo automotor, maculam a materialização cotidiana da sustentabilidade da cidade (abrangendo a proteção ao meio ambiente e aspectos institucionais, culturais, sociais e políticos). (ROCHA, 1999, p.37).

Meio Ambiente Urbano

O acelerado crescimento econômico e demográfico das cidades aumenta cada vez mais, e, em proporção maior ainda o uso dos recursos naturais. As cidades, desde o surgimento da primeira, sempre foram vistas como locais de oportunidades sociais e econômicas, em razão disso se tornaram alvo das populações rurais em todas as partes do mundo. Segundo dados constantes em Estado do Mundo (2013), ‘cerca de 150 milhões de pessoas moravam em cidades em 1900. Em 2000, eram 2,8 bilhões. A partir de 2008 mais da metade da população da Terra vive amontoadas em cidades, fazendo dos humanos uma “espécie urbana” – cada vez mais imobilizada’.

Essa expansão não planejada veio acompanhada de desafios para a sociedade moderna e poder público, em alcançar o equilíbrio entre políticas públicas, que são muitas vezes ineficazes ou insuficientes e o aumento na demanda pelos bens de consumo. Dilgarian (2005, p. 102 e 103), diz que ‘além de visar à dignidade da pessoa humana, as funções fundamentais da cidade

podem ser definidas como o direito ao trabalho, à moradia, ao consumo e lazer'. Com uma visão mais voltada para a natureza Monte-Mor defende que:

A íntima relação entre a ecologia urbana e a questão ambiental não parece ter sido ainda de fato compreendida, mesmo que se aceite, como já dito, a importância crescente das concentrações metropolitanas e urbanas na desarticulação - imediata e distante – do equilíbrio natural global e de ecossistemas específicos. (MONTE-MÓR, p.7).

Com o propósito de equilibrar meio ambiente rural e urbano foi criado o Estatuto da Cidade com o foi criado o Estatuto da Cidade com o objetivo de regulamentar o uso da propriedade, inserindo-a ao meio ambiente urbano e em benefício da coletividade. Conforme o art. 2º da Lei n. 10.257/2001,

Art. 2º - A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:
I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;

O PDOT – Plano Diretor de Ordenamento Territorial veio complementar o Estatuto da Cidade, esta ferramenta é responsável pela distribuição equilibrada das edificações industriais, comerciais e residenciais, fornecendo dados do crescimento, de quais áreas devem ser preservadas ou destinadas ao adensamento populacional. Athayde (2013, p.8) deixa claro que a velocidade do crescimento populacional impacta a todos. O ritmo desenfreado acrescentou ao planeta mais de cinco milhões de novos habitantes/consumidores em apenas oito décadas. De acordo com dados disponíveis no livro em Estado do Mundo de 2013, Athayde & Mattar dizem que:

“No Brasil já somos 84% urbanos e, segundo o IBGE, seremos 90% urbanos em 2020. A velocidade dos carros nos grandes centros urbanos hoje é igual à das carruagens puxadas literalmente a “dois cavalos” de força no início do Século XX”. (ATHAYDE & MATTAR. 2013, p. VIII).

Em complementação aos dados mencionados anteriormente nota-se claramente que os limites das cidades estão cada vez mais próximos dos ambientes naturais, acarretando distúrbios diretos na vida selvagem. Reservas, florestas e parques urbanos que têm proximidade com as cidades estão cada vez mais ameaçados de sofrerem alterações. Apenas como exemplo o Parque Nacional de Brasília sofre o impacto de vizinhança. Localizado a aproximadamente 100 metros do lixão da estrutural sofre com invasão de cães

que caçam em bando dentro do parque, urubus que usam o parque para pernoite e procriação e; a Cidade Estrutural a uma distância de menos de 100 metros, precisa ser monitorada periodicamente para que não ultrapasse seus limites. Martins (2007, p.23) lembra que “a ação humana interage com as forças da natureza, provocando impactos sobre os ambientes e “reações” do mundo natural”.

Poder Público

O poder público tem atualmente o grande desafio de conciliar o desenvolvimento urbano com os problemas ambientais existentes. O avanço tecnológico do século XX, muito importante para a humanidade não deixou incólume o meio ambiente, os resultados da extração de matéria prima para os vários produtos em desenvolvimento, deixaram uma herança negativa no meio ambiente. Além de perder espaço físico para os produtos tecnológicos, a floresta foi derrubada também para dar lugar à agricultura, à pecuária, dentre outros ramos do desenvolvimento econômico e social, com a finalidade exclusiva de suprir as necessidades do mercado consumista das grandes metrópoles. Somente pós esse período e notando o resultado da extração descontrolada, inaugurou-se uma nova concepção voltada para a conservação e preservação dos recursos naturais.

O Brasil então, preocupado com o tratamento dado a natureza até o momento e acompanhando o movimento ecológico mundial, resolveu inovar o ordenamento jurídico existente fazendo constar na Constituição Federal de 1988, um artigo destinado à proteção do meio ambiente, onde estabelece um conjunto de diretrizes e princípios norteando a atuação do poder público e resguardando o bem estar das futuras gerações, conforme abaixo.

Art. 225 - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Além do artigo 225, a Constituição Federal, tratou de resguardar o meio ambiente em outros dispositivos. No art. 25, inciso VI, a União, os Estados e os Municípios tem o poder e dever de proteger o meio ambiente e combater toda e

qualquer poluição. Em seu art. 170, inciso VI, ela condiciona o desenvolvimento econômico à proteção ambiental. O art. 216 trata da proteção ao meio ambiente cultural.

Em complementação às normas e diretrizes constantes na CF/88, a Resolução nº 001/1986 - CONAMA traz a definição de Impacto Ambiental:

Art. 1º - Para efeito desta Resolução, considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam:

- I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população;
- II - as atividades sociais e econômicas;
- III - a biota;
- IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;
- V - a qualidade dos recursos ambientais.

Em referência à legislação ambiental o Brasil tornou-se um país de vanguarda ao garantir constitucionalmente defesa e preservação do meio ambiente e impôs tal tarefa à coletividade em conjunto com o poder público, mas apesar de todas as normas existentes o Poder Judiciário, poder responsável por fazer cumprir as leis não pode, à presença de um crime, agir ex-offício, ele precisa ser provocado. Conforme Freitas, (2007, p. 37) “o Poder Judiciário só age por iniciativa de terceiros, sua atuação depende daqueles que se dispõem a provocá-lo mediante propositura de ações”. Além de agir unicamente mediante iniciativa de terceiros, o que ainda acontece em volume bem menor à quantidade de crimes praticados, o Brasil precisa investir em mais especialização na área ambiental. Levando-se em consideração a grande quantidade de tribunais dispostos em todo seu território, muitos não contam com um órgão exclusivo para apreciação da matéria, isso faz com que as ações demorem até transitar em julgado.

Diferentemente ao que acontece na Austrália, que tem tribunais especializados para dirimir somente matéria ambiental, o Brasil precisa capacitar profissionais para auxiliar os senhores juízes, desembargadores e ministros em suas decisões, tal procedimento traria o tribunal para mais perto da natureza e ainda dar maior celeridade e eficiência em suas decisões e principalmente trabalhar a ética ambiental, não permitindo que ocorra na lide favorecimento a este ou aquele.

Além de ocorrer, principalmente em pequenas aglomerações humanas, coerção para que os delitos não se tornem públicos, a extensão territorial do país culminada com a falta de desenvolvimento do parque tecnológico de alguns tribunais, torna árduo o caminho da justiça.

Conclusão

Durante a realização deste trabalho percebeu-se que é necessário e urgente promover a integração entre o planejamento das cidades e a gestão ambiental urbana. Adequar os centros urbanos às necessidades impostas diariamente à natureza, não infringindo as normas de proteção ao meio ambiente, põe o poder público em destaque, com o dever de promover técnicas de gestão ambiental que sejam sustentáveis, permitindo maior eficiência e aproveitamento de recursos naturais.

No Brasil, os órgãos responsáveis pela fiscalização, controle e adensamento populacional não são em número suficiente para atender toda demanda e a burocracia, tão cultuada no Brasil, faz com que as instituições não desenvolvam o papel que lhe é destinado e quando em casos de denúncias a fiscalização carece de tempo excessivo para atendê-lo, dando tempo para que o dano se concretize não tendo como revertê-lo. Diante de todos os fatores expostos torna-se inviável coletar dados suficientes dos crimes praticados contra o meio ambiente, que possibilite elaborar e disponibilizar uma estatística atualizada que demonstre precisamente os parâmetros de sustentabilidade das cidades. Dessa forma promover a sustentabilidade de uma cidade, quando a equação homem/natureza cresce em medida inversamente proporcional, torna-se um grande obstáculo a ser superado.

REFERENCIAS

ATHAYDE, Eduardo & MATTAR, Helio. **Estado do Mundo 2013: A Sustentabilidade ainda é possível?** / Worldwatch Institute; Organização: Erik Assdourian e Tom Prugh. Salvador: Uma ed., 2013.

BLIACHERIS, Marcos Weiss. **Sustentabilidade na Administração Pública: Valores e Práticas de Gestão Socioambiental – Uso Racional dos Recursos na Administração Pública**. Belo Horizonte: Fórum ed., 2012.

BRASIL. **Coletânea de Legislação Ambiental, Constituição Federal. Estatuto da Cidade Lei nº 10.257/2001**. Organização Odete Medauar. 13 ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2014.

BRASIL. **Coletânea de Legislação Ambiental, Constituição Federal. Impacto e Licenciamento Ambiental – Res. 1/1986 - CONAMA**. Organização Odete Medauar. 13 ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 35. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL. **PDOT – Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal. Lei Complementar nº 803/2009**. Disponível em: <http://www.defensoria.df.gov.br/wp-content/uploads/2013/06/Lei-Complementar-Distrital-803.pdf>. Acesso em: 02.06.2014.

DILGUERIAN, Mirian Gonçalves. **Síndrome do Edifício Doente – Responsabilidade Civil da Municipalidade diante do Estatuto da Cidade**. São Paulo: Ed. Letras Jurídicas, 2005.

FILHO, Gilberto Teles dos Santos. **Espaço Urbano: A Cidade e a Questão Ambiental**. Disponível em: <http://meuartigo.brasilecola.com/geografia/espaco-urbano-cidade-questao-ambiental.htm>. Acesso em: 25.05.2014.

FREITAS, Wladimir Passos de. **O Poder Judiciário e o Direito Ambiental no Brasil**. Revista da Escola Nacional de Magistratura. Ano II, ed. nº 4 - Ed. Justiça e Cidadania. Brasília, 2007

MARQUES, José Roberto. **Meio Ambiente Urbano**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

MARTINS, Marcos Lobato. **História e Meio Ambiente**. São Paulo: Annablume, 2007.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de M. **Urbanização Extensiva e Lógicas de Povoamento: Um Olhar Ambiental**. Disponível em: www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper34.pdf. Acesso em: 26.05.2014.

ROCHA, Júlio Cesar de Sá da. **Função ambiental da cidade: direito ao meio ambiente urbano ecologicamente equilibrado**. São Paulo: Ed. Juarez de Oliveira, 1999.